A IFRS 17 no Brasil: uma pesquisa documental considerando as Big Four

ISABELA GARCIA COELHO CATANI

Universidade Federal de Uberlândia

CAMILLA SOUENETA NASCIMENTO NGANGA

Universidade Federal de Uberlândia

Resumo

A presente pesquisa teve como objetivo realizar uma revisão de documentos acerca da IFRS 17 publicados pelas Big Four no Brasil. Buscou-se coletar dados referente a publicações emitidas pelas Big Four (Deloitte, EY – Ernst & Young, KPMG e PwC – PricewaterhouseCoopers) no período de 2017 e 2022, tendo assim um total de 38 materiais encontrados que posteriormente foram categorizados e divididos em subtemas (Instrucional, Contabilidade e Auditoria e Implementação). Após isso, foi possível realizar a análise de frequência e qui-quadrado, que mostra assim, associação significativa entre Empresa - Ano e Empresa - Categoria temática principal. Devido aos resultados expostos foi possível gerar uma análise de correspondência múltipla, para uma melhor visualização das relações entre as divisões propostas. Ademais, com a coleta de dados foi realizado o estudo em nuvem de palavras, no qual relaciona-se as palavras mais mencionadas com as pesquisas extraídas. Na análise é possível verificar que a categoria temática principal com maior número de publicação é a "Instrucional" e que o período com mais materiais é 2018 e 2021, sendo possível assim destacar que os dois anos que tiveram mais evidência foram posteriores a publicação e a alteração da norma. Considera-se importante o debate, devido a esta ser uma temática atual e que demanda uma maior discussão. Por fim, é importante ressaltar que as empresas de auditoria produzem materiais relevantes no campo da Contabilidade e, nesse sentido, a pesquisa tem o potencial de contribuir com o cenário de implementação da norma IFRS 17 no Brasil, por conter poder informativo, ressaltando os principais temas discutidos nos materiais profissionais, o seu período de divulgação e a empresa de auditoria (Big Four) que os elaborou.

Palavras-chave: IFRS 17, Revisão Documental, Big Four.



1. INTRODUÇÃO

Diferentes normas contábeis podem trazer grandes impactos ao desempenho financeiro e à posição financeira de uma empresa. Enquanto em um padrão de contabilidade a empresa está dando lucro, em outro ela pode estar tendo prejuízo. A redução de custos de convenção dessas informações de um padrão para o outro proporcionaria maiores recursos financeiros para a entidade, os quais poderiam ser utilizados para outros fins (Caseiro, 2021).

Como forma de tentar minimizar isso no mercado securitário, o International Accounting Standards Board (IASB) vem estudando minuciosamente as normas para achar a melhor forma de diminuir essa diferença internacional dos relatórios contábeis. Devido a isso, foi instituído em 2004 pelo IASB a International Financial Reporting Standards 4 (IFRS 4) que se refere à contabilização de contrato de seguros e que no Brasil corresponde ao normativo Comitê de Pronunciamentos Contábeis 11 (CPC 11) emitido no ano de 2008.

A IFRS 4, também conhecida como IFRS 4 parte I, tem como intuito provisório implementar melhorias nos reconhecimentos dos contratos de seguros. A norma busca oferecer aprimoramentos nas limitações que os contratos de seguros tinham na contabilização, além de possibilitar a divulgação das suas características, tais como valor, tempestividade e incertezas de fluxos de caixa futuros (Feitosa, Costa & Szuster, 2019).

Posteriormente, em maio de 2017, o IASB concluiu o projeto sobre contrato de seguros e publicou a IFRS 17, que representa a parte II da IFRS 4. A IFRS 17 tem o propósito de trazer uma contabilidade mais abrangente e comparável entre jurisdições, contratos e indústrias. Também tem como intuito estabelecer princípios de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação referente à contabilização dos contratos de seguros. Além disso, no site da IFRS foi publicado que, em 2020, houve uma alteração feita na IFRS 17 cujo motivo foi o de auxiliar as entidades na implementação e entendimento referente à norma (IFRS, 2021). Em adição, a norma traz uma demonstração de resultado mais transparente quanto ao valor dos contratos e suas rentabilidades, ao longo de todo o tempo em que a seguradora presta serviço ao segurado (Feitosa et al. 2019).

Depois de 20 anos de planejamento e criação da IFRS 17, a implementação está marcada para ser efetivada em 1° de janeiro de 2023. No entanto, de acordo com Foianesi (2019), foi observado que as seguradoras e resseguradoras possuem tempo limitado para lidar com as pendências de implementação que ainda devem ser feitas. Algumas dificuldades foram citadas, incluindo a criação ou adequação de novos sistemas para cálculo, a falta de pessoas especializadas e, principalmente, a complexidade da norma (Foianesi, 2019).

Conforme exposto na pesquisa de Muzel (2018), o grupo de empresas denominado Big Four é composto pelas empresas Delloite; Ernst & Young (EY); KPMG; e PricewaterhouseCoopers (PwC). Devido ao grande investimento das Big Four em oferecer educação aos colaboradores internos, isso acaba gerando confiança do mercado referente às análises feitas pelos profissionais que levam o nome das empresas (Muzel, 2018). Isso faz com que as Big Four tenham reconhecimento por sua expertise, quando se trata de analisar empresas (Muzel, 2018).

Esta expertise também está refletida na qualidade de seus trabalhos. Almeida & Almeida (2008), por exemplo, analisaram 1414 empresas no período de 1999 a 2005, das quais 897 eram auditadas pelas Big Four e 517 por outras firmas de auditoria. Conforme os resultados, foi evidenciado que empresas auditadas por Big Four possuem menor grau de accruals discricionários, suavizando, assim, as práticas de earnings management. Esta é uma evidência de que, a depender da firma de auditoria, as empresas podem ter distintos níveis de gerenciamento de resultados.



Queiroz et al. (2017) identificaram que as Big Four são capazes de gerar maior relevância informacional do que empresas de auditoria menores. Essa análise foi feita utilizando janelas temporais, nas quais a amostra de 330 observações estava distribuída de 2010 a 2013 e de 2014 a 2016. Conforme citado pelos autores, essa maior confiabilidade das informações pode ser ocasionada devido à expertise das Big Four comparada as outras empresas de auditoria.

Diante do cenário apresentado, a presente pesquisa tem por objetivo realizar uma revisão de documentos acerca da IFRS 17 publicados pelas Big Four no Brasil. A importância desse trabalho reside em três pontos. Primeiramente, evidencia-se uma temática atual. A norma IFRS 17 está prevista para entrar em vigor a partir de 2023. Por este motivo, é relevante e necessária a sua discussão, ainda mais em face dos desafios observados por Foianesi (2019).

Em segundo lugar, a pesquisa documental conduzida com base na literatura profissional permite destacar que aspectos são mais recorrentes e que, presumivelmente, estão demandando maior atenção – ou que devem ser pontos de maior preocupação – do mercado de seguros. Por fim, na qualidade de gatekeepers, os auditores independentes possuem posição estratégica no escopo do mercado acionário, principalmente na relação entre a entidade auditada e os seus investidores e credores. Deste modo, os documentos das maiores firmas de auditoria parecem ser, ao mesmo tempo, pertinentes ao propósito de identificação do que tem sido debatido no meio profissional sobre a IFRS 17 e confiáveis por terem sido elaborados por profissionais competentes. Destaca-se que não foram encontrados estudos anteriores que realizaram uma revisão a partir de documentos da área profissional.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico da pesquisa foi elaborado da seguinte forma: Inicialmente é apresentado um histórico da IFRS 17, considerando o contexto do mercado securitário, bem como aspectos de implementação da norma. Em seguida, são evidenciados alguns estudos anteriores relacionados ao tema. Por fim, a terceira seção do referencial apresenta reflexões sobre a revisão de literatura profissional.

2.1. Histórico da IFRS 17

A história do mercado securitário teve seu início em 1808, com seguros de expedições marítimas. Devido ao crescimento desse ramo, percebeu-se a necessidade de criar leis e órgãos reguladores para que fosse possível realizar a fiscalização dessas empresas. Em 1850 foi criada a Lei nº 556, que seria o código comercial da época (Silva & Chan 2015). Posteriormente, com o intuito de fiscalizar as empresas do ramo securitário, foram criados órgãos e, dentre eles, está a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) (SUSEP, 1997).

Historicamente, verifica-se uma evolução do mercado securitário, o qual passou por uma recessão econômica em 2015 e 2016, porém se recuperou em 2019 devido à maior conscientização dos brasileiros em criar reservas para o futuro, que em muitos casos é a aposentadoria. Devido à estabilidade econômica do País, após longo período de inflação elevada, o arcabouço normativo emitidos pela SUSEP e a adoção de políticas de incentivo governamental, o mercado securitário teve um grande crescimento no Brasil, tendo assim espaço para alocação eficiente dos recursos, gerenciamento de risco e captação de poupança de longo prazo. (SUSEP, 2021).

No relatório de análise e acompanhamento dos mercados supervisionados emitido pela SUSEP (SUSEP, 2021), é notório o crescimento do ramo de seguros em 2020, devido aos impactos do COVID-19. Em virtude disso, o setor de seguros hoje conta com 3,7% de



participação no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil e pode vir a alcançar entre 6% e 10% (SUSEP, 2021).

No mercado internacional, com a globalização, viu-se a necessidade de empresas multinacionais de comparar relatórios contábeis entre matriz e filiais, e empresas de mesmo setor. Isso foi possível com a harmonização das normas contábeis (Bagaeva, 2008). Com o crescimento de empresas no mercado internacional, a padronização das demonstrações contábeis se faz imprescindível para que assim os investidores externos possam comparar e entender os resultados da entidade.

Visando isso, o Brasil, a partir de 2010, aderiu às IFRS como norma de contabilidade oficial para suas demonstrações contábeis. As IFRS foram transcritas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e, posteriormente, formalizadas em Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs). A internacionalização das normas é indispensável para que se tenha melhor qualidade de informação contábil e para que, assim, os usuários externos possam fazer comparativos entre entidades do mundo todo.

Em 2005, foi implementada a IFRS 4, a parte I do projeto, como forma provisória de melhorar a avaliação e divulgação dos contratos de seguros. O IASB tinha como intuito fazer um projeto simplificado para que fosse aprovado e efetivado o mais rápido possível e, ainda assim, continuaria a ser desenvolvido a parte II do projeto, a IFRS 17 (Caldas, Marques & Macedo, 2015).

Pela peculiaridade na contabilização dos contratos de seguros, a norma publicada em 2004 (IFRS 4) tinha como objetivo proporcionar uma divulgação na qual seria possível contabilizar o valor, tempestividade e incerteza dos fluxos de caixa futuros em um contrato de seguro e também melhorar a forma de contabilização nas seguradoras. Apesar deste esforço, a norma ainda possibilita que contratos de seguros similares sejam contabilizados de forma diferente, levando as seguradoras a utilizarem várias práticas nas divulgações (Feitosa et al. 2019).

Conforme citado por Caseiro (2021), a Europa desde 2005 aderiu de modo obrigatório às IFRS para todos os estados que são membros da União Europeia (UE). As IFRS vêm sendo implementadas de maneiras diferentes por cada país da UE, levando em consideração as diferenças culturais de cada um deles. Em Portugal, a adoção das IFRS já é feita há mais tempo e para a IFRS 17 a adoção aconteceu no final de 2021, e após a implementação será realizado um estudo de impacto da nova norma no mercado securitário.

Diferentemente de Portugal, no Canadá foi estipulado pela Superintendência de Instituições Financeiras (OSFI) que as seguradoras reguladas não aderissem à IFRS 17 antes da data estabelecida pelo IASB e exigiu que fosse apresentado um relatório por todas as seguradoras detalhando sobre a implementação e a transição para a nova norma. Porém, devido ao impacto do COVID-19 e o adiamento da data de vigência da IFRS 17, o Escritório da OSFI decidiu suspender esses relatórios de detalhamento. No bloco Africano, mais especificamente na Nigéria, a implementação é esperada para ser finalizada até 2022, no qual o país conta com um roteiro de adoção da norma e cronogramas de processos e etapas. Desde 1995, a South African Institute of Chartered Accountants (SAICA) tem adotado as IFRS, porém com pequenas modificações, o que foi um facilitador para ajudar na adoção da IFRS 17 (Caseiro, 2021).

O objetivo da norma é reconhecer, mensurar, apresentar e divulgar os contratos de seguros a fim de representar fielmente esses contratos nas demonstrações contábeis. A divulgação fidedigna é crucial, pois existe a necessidade de comparação da informação financeira pelos usuários externos e internos e ter meios para tomar decisões, além de ser possível verificar realmente a posição e o desempenho financeiro da empresa. (CPC 50, 2021)



Além disso, a IFRS 17 tem o intuito de conciliar os contratos de seguros que tenham características de um instrumento financeiro e de contrato de serviço. A norma exige que a entidade escolha uma política contábil para que seja feito o reconhecimento das receitas e despesas financeiras e separe componentes de investimento distintos, tais como as obrigações de desempenho singulares referente ao contrato de seguro e derivativos embutidos especificados. Ademais, a IFRS 17 reconhece durante o período de serviço prestado o lucro de um grupo de contrato de seguro e da baixa à medida que a seguradora é liberada do risco (IFRS, 2020)

Para Caldas et al. (2015), dentre todas as normas já publicadas, a IFRS 17 é considerada uma das mais complexas, devido ao alto grau de incerteza associado aos fluxos de caixa dos contratos de seguros, à análise de risco e à diversidade de produtos oferecidos.

Uma das dificuldades encontradas na elaboração da IFRS 17 se refere à obrigatoriedade de as empresas seguradoras registrarem os contratos de seguro de uma forma que transpasse a real receita daquele seguro ao longo do tempo em que a seguradora irá prestar serviços ao segurado. A norma tem o intuito de deixar as demonstrações contábeis mais transparentes e padronizadas para que, assim, seja possível fazer uma maior comparação entre várias empresas do mesmo setor (Foianesi, 2019).

A nova norma de contrato de seguros tem o intuito de apresentar de forma única e comparável as contabilizações. Além disso, a IFRS 17 permite a incorporação dos riscos e da incerteza de forma compatível nas demonstrações contábeis (Feitosa et al. 2019).

2.2. Estudos Anteriores sobre o tema

A pesquisa de Bonfim, Silva e Gonçalves (2016) teve por objetivo identificar se com a adoção das IFRS haveria uma diminuição no nível de gerenciamento de resultados. Por meio de uma análise de 64 empresas de seguros no período de 2011 a 2014, os resultados indicaram que a adoção da norma diminui o nível de suavização nas empresas brasileiras do setor de seguros. Ademais, foi demonstrado na pesquisa que as IFRS aumentam o papel que o profissional contador tem nas tomadas de decisão das empresas, levando a uma redução na assimetria informacional dos acionistas e gestores das empresas, diminuindo assim a distorção nas demonstrações contábeis (Bonfim et al., 2016).

O estudo de Feitosa et al. (2019) teve por objetivo analisar quais os impactos da IFRS 17 nas demonstrações contábeis das seguradoras. Por meio de materiais emitidos referentes à IFRS 4 e IFRS 17, além de pesquisas e entrevistas com especialistas da área de seguros, os autores ressaltaram como principais resultados que uma das dificuldades para a adoção da norma são os sistemas que já estão implantados nas seguradoras e que seria necessário à sua atualização ou adequação - por, muitas vezes, serem antigos - dificultando assim uma possível modificação ou até mesmo impossibilitando algum tipo de alteração.

Também é citado como desafio, profissionalizar os funcionários para a implementação da norma nas seguradoras ou contratar pessoas com a qualificação necessária. Deve ser levado em conta também fatores como instabilidade financeira que o País passa e o curto prazo para tal efetivação da norma (Feitosa et al. 2019). Devido a essas barreiras, a implementação da norma vem sendo adiada por parte das seguradoras.

Souza (2021) buscou verificar os impactos advindos da pandemia e as implicações financeiras que foram geradas no setor securitário, analisando através de dados gerados por empresas de auditoria e comparativos dos resultados das demonstrações contábeis das três maiores seguradoras no segmento de plano de saúde (indicadas pela ANS em 2020). Foi levado em consideração o período de 2019 e 2020. O autor destaca que as empresas já estão percebendo que a forma em que as informações são coletadas, armazenadas e analisadas sofreram alterações e que os sistemas que hoje já estão estruturados dentro das empresas não estão adequados



conforme a nova regra, sendo necessário a atualização ou substituição dos mesmos. Porém, as seguradoras entendem e percebem que a IFRS 17 irá agregar valor à precisão e transparência das empresas (Souza, 2021).

Caseiro (2021) teve como objetivo relatar o andamento da adoção da IFRS 17 em vários países, através de artigos e pesquisas publicadas. Observa-se que a diferença cultural e geográfica influência o modo em que será feita a implementação. Alguns países utilizam mais de uma norma para fazer essa divulgação de informação, como é o caso dos Estados Unidos. Outros irão utilizar a norma, mas com adaptações que atendem melhor o país, tal como a África do Sul. Nota-se que cada país tem um modo de ver a nova norma e existem dificuldades que atrapalham a adoção da IFRS17 em alguns outros, como, por exemplo, a influência cultural e geográfica, inflação, impostos, sistema legal do país, religião, nível educacional, entre outros fatores. Porém é perceptível a importância da uniformização da apresentação financeira.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar o objetivo anteriormente estabelecido, procedeu-se à condução de um estudo descritivo e documental, com abordagem quanti-qualitativa. O escopo da pesquisa foram os materiais publicados em português pelas Big Four (Delloite; EY; KPMG; e PwC) até janeiro de 2022 cujo tema central foi a IFRS 17 no Brasil.

Buscou-se identificar os subtemas (categorias temáticas principais), dentro do tema maior (IFRS 17), mais relevantes nos documentos profissionais selecionados, com o intuito de compreender o que tem sido destacado pelas firmas de auditoria. A coleta de dados ocorreu em duas fases. Inicialmente, realizou-se a busca dos seguintes termos no Google (www.google.com):

IFRS 17 + Delloite

IFRS 17 + Ernerst & Young

IFRS 17 + KPMG

IFRS 17 + PwC

Posteriormente, com vistas a identificar outros materiais, procedeu-se com buscas do termo "IFRS 17" dentro dos sites de cada uma das quatro empresas de auditoria. A coleta de dados realizada resultou em 38 documentos dentro do escopo delineado, sendo que os mesmos foram organizados em uma planilha eletrônica.

Em relação à análise dos documentos coletados, primeiramente foi realizada análise de conteúdo básica (Drisko & Maschi, 2016), em que os materiais foram categorizados por subtemas e analisados por meio de frequência absoluta e relativa. Posteriormente, foram elaboradas tabelas cruzadas considerando o período, a empresa de auditoria e os temas. Estas tabelas também serviram como base para os testes qui-quadrado, visando identificar potenciais associações entre as variáveis consideradas. Em adição, uma vez constatadas associações relevantes nos testes qui-quadrado, foi conduzida a análise de correspondência múltipla (ACM) a fim de proporcionar uma perspectiva mais geral. Ressalta-se que foi adotado um nível de significância de 0,05 para os testes estatísticos.

Como procedimento de análise qualitativa, elaborou-se uma nuvem de palavras por meio do Software WordArt® a partir dos textos dos documentos profissionais. Para a confecção da nuvem, a parte escrita de todos os materiais foi agrupada em um único arquivo de texto, sendo posteriormente inserida no software. Esta nuvem teve o intuito de (i) fornecer uma representação visual do conteúdo textual, (ii) identificar os termos mais comuns, e (iii) aprofundar as análises dos pontos que mais se destacaram. Este terceiro propósito deu origem



à última etapa de análise, a qual consistiu de descrições qualitativas de conteúdos relevantes dos materiais profissionais das Big Four.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

As análises foram divididas em três seções, tendo na primeira seção a análise descritiva, na qual foi reportada a frequência absoluta e relativa dos materiais por empresa, por ano e por categoria temática principal. A segunda seção apresenta os resultados do teste qui-quadrado, bem como a análise de correspondência múltipla. Por fim, é exibida análise qualitativa do material com base na nuvem de palavras e nas descrições dos tópicos relevantes.

4.1 Análise Descritiva

Com base nos documentos coletados, é possível verificar a frequência dos materiais publicados por empresas, por ano e por categorização, conforme demonstrada na Tabela 1.

Tabela 1: Frequências por categoria

Empresa	Frequência	%	% Cumulativo
Deloitte	5	13,16	13,16
Ernst & Young	12	31,58	44,74
KPMG	10	26,32	71,05
PricewaterhouseCoopers	11	28,95	100,00
TOTAL	38	100,00	
Ano	Frequência	%	% Cumulativo
2017	1	2,63	2,63
2018	10	26,32	28,95
2019	7	18,42	47,37
2020	9	23,68	71,05
2021	10	26,32	97,37
2022	1	2,63	100,00
TOTAL	38	100,00	
Categoria Temática Principal	Frequência	%	% Cumulativo
Instrucional	18	47,37	47,37
Contabilidade e Auditoria	7	18,42	65,79
Implementação	13	34,21	100,00
TOTAL	38	100,00	

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Os dados apresentados indicam que, em relação às Big Four, observa-se que a EY foi a que emitiu mais publicações sobre a IFRS 17, com 12 documentos. Dentre os anos pesquisados, verifica-se que os anos de 2018 e 2021 apresentam o maior número de material, com dez publicações cada. É importante mencionar que, para o ano de 2022, a análise contempla somente os meses de janeiro e fevereiro. Já na categorização temática, observa-se que o instrucional é o maior foco dos materiais publicados sobre o tema IFRS 17 (47,37%).

4.2 Análise do teste qui-quadrado e Correspondência Múltipla

Os testes qui-quadrado foram realizados considerando as seguintes relações: Empresa x Ano; Empresa x Categoria Temática Principal e; Categoria Temática Principal x Ano. A Tabela 2 indica os resultados do teste para a primeira relação (Empresa x Ano).

Tabela 2 – Resultado do Teste Qui-Quadrado – Empresa x Ano

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Deloitte	1	2	1	1	0	0	5
EY	0	1	1	6	3	1	12
KPMG	0	4	0	0	6	0	10
PwC	0	3	5	2	1	0	11
Total	1	10	7	9	10	1	38

Pearson chi² (15) = 31.11, p = 0,008. Fisher's exact p = 0,004

Fonte: Elaborada pelos autores, com base nos dados da pesquisa

Os resultados da Tabela 2 indicam associação estatisticamente significativa para as categorias empresa e ano. Com o resultado verifica-se que a Deloitte foi a pioneira em relação à publicação de materiais sobre o tema e apresenta uma constância de publicações entre os anos de 2017 e 2020. A ausência de publicações no ano de 2021 pode ter associação com as alterações que a IFRS 17 sofreu no respectivo ano.

A EY observa-se que no ano de 2017 não houve publicação e que nos anos 2018 e 2019 foi o começo das divulgações por parte da empresa. Já em 2020, a EY teve seu maior ano de publicação e paralelamente foi a empresa que mais se destacou no ano de 2020. A empresa no total de documentos emitidos no período de 2017 a 2022, ganhou destaque com 12 trabalhos dos 38 que fizeram parte da pesquisa, sendo entre as Big Four a com mais publicação.

Para a KPMG é visível que a empresa teve apenas dois anos de foco, sendo eles 2018 e 2021 – nos outros anos, não foram publicados nenhum material -, no qual foi o maior destaque nos anos citado. Mesmo com apenas dois anos de publicação, observa-se que a empresa tem 10 materiais publicados.

A PwC, assim como a EY apresenta uma distribuição equilibrada de materiais publicados ao longo dos anos, tendo apenas os anos de 2017 e 2022 sem publicações. A empresa teve uma constância durante os anos de 2018 e 2021, resultando assim em 11 materiais emitidos. Dentre a razão, um possível crescimento no número em 2018 é devido a este ser o ano posterior à publicação da IFRS 17. Já em 2021 o pequeno aumento nas publicações, pode vir a ser em virtude das alterações feitas na norma no final de 2020 e que pode ter tido esse reflexo no ano posterior

Tabela 3 – Resultado do Teste Qui-Quadrado – Empresa x Categoria Temática Principal

	Instrucional	Contabilidade e Auditoria	Implementação	Total
Deloitte	2	1	2	5
EY	4	1	7	12
KPMG	5	5	0	10
PwC	7	0	4	11
Total	18	7	13	38

Pearson chi² (6) = 14.82, p = 0,022. Fisher's exact p = 0,013

Fonte: Elaborada pelos autores, com base nos dados da pesquisa

A Tabela 3 indica que foi encontrada uma associação estatisticamente significativa para a relação entre empresa (EMP) e categoria temática principal (CTP). A empresa Deloitte apresenta foco nas categorias de material "Instrucional" e de "Implementação". Na EY, é possível observar que, dentre as três categorias, a implementação é a categoria temática com maior número de materiais publicados, sendo sete documentos dos 12 apresentados pela empresa. Identifica-se que a EY e a Deloitte são as únicas com publicações em todas as categorias.

Observa-se que na KPMG existem apenas duas classes em que houve publicação, "Instrucional" e "Contabilidade e Auditoria". Destaca-se que, dentre as Big Four, a KPMG é a



empresa que mais publicou materiais na categoria "Contabilidade e Auditoria" (cinco dos sete materiais). A PwC teve seu foco apenas em Instrucional e Implementação, com um total de 11 materiais elaborados.

Além do exposto acima, por ser uma norma considerada complexa, a categoria "Contabilidade e Auditoria" obteve menos materiais publicados se comparada as outras, tendo assim acarretado o motivo da tamanha diferença.

Conforme apontado por (Feitosa et al., 2019). há dificuldades de adaptação da nova norma e, devido a isso, pode-se supor que houve um maior foco das Big Four em escrever mais sobre a temática Instrucional.

Tabela 4: Resultado do Teste Qui-Quadrado – Categoria Temática Principal x Ano

CTP-ANO	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Instrucional	1	3	3	3	7	1	18
Contabilidade e Auditoria	0	3	1	1	2	0	7
Implementação	0	4	3	5	1	0	13
Total	1	10	7	9	10	1	38

Pearson chi² (10) = 8.58, p = 0.573. Fisher's exact p = 0.538

Fonte: Elaborada pelos autores, com base nos dados da pesquisa

A Tabela 4 é referente a relação entre categoria temática principal e ano, é resultou que não existe associação significativa para essas duas variáveis. Diante disso, verifica-se que as observações estão distribuídas equilibradamente. A partir dos resultados gerados no teste quiquadrado, foi possível realizar uma análise de correspondência múltipla, na qual visualiza-se melhor as associações entre as três variáveis (empresa, ano e categoria temática principal), por meio da Figura 1.

Gráfico de coordenadas da ACM 2 Implementação Dimensão 1 (48.2%) 2019 ●2022 Deloitte 2017 Instrucional 2018 ●2021 Contabilidad KRMG -2 -4 2 Dimensão 2 (16.4%) **EMP** ANO CTP coordinates in standard normalization

Figura 1 – Resultado da análise de correspondência múltipla (ACM)

Fonte: Elaborada pelos autores, com base nos dados da pesquisa

A figura da ACM mostra uma visão mais global de como as três variáveis (empresa, ano e categoria temática principal) estão associadas. Pode-se destacar a EY, que traz pontos



próximos dos anos 2020 e 2022 e confirma-se que nos respectivos anos, foram publicados seis e um material — maior quantidade emitida nestes anos-, corroborando assim a Tabela 2 com as posições apresentadas na Figura 1, foca-se também que apenas a EY teve materiais publicados em 2022, levando, assim, a empresa estar mais próxima a este ano também.

Quanto à PwC, observa-se a sua proximidade com o ano de 2019. Isto é compatível com a emissão de cinco documentos de um total de sete, observados anteriormente da Tabela 2. Verifica-se, também, a sua proximidade com o tema de Implementação e com o ano de 2020, o qual foi o que recebeu mais frequência neste ano, resultando na sua proximidade.

Ademais, pela Figura 1, é possível associar a KPMG ao tema de Contabilidade de Auditoria e ao ano 2021, no qual foram publicados pela empresa 6 materiais em um total de 10 (Tabela 2). Particularizando-se a relação entre a KPMG e a categoria temática, verifica-se que, dentre 10 publicações, 5 são referentes à Contabilidade e Auditoria. E a respeito da relação entre a categoria temática e o ano de 2021, é possível ver que foram emitidas apenas 2 publicações (Tabela 4). Sendo assim, é a segunda temática com maior número de trabalhos publicados para o respectivo ano.

É possível verificar junto a ACM a relação entre todos os pontos e confirma-se tudo expostos nas tabelas anteriores, como a categoria temática instrucional ter o maior número de publicação e a mesma estar no centro do gráfico de coordenada. O ano de 2017 estar na extremidade da Figura 1 e ser o ano com menos número de publicação. Na análise, procurouse identificar as associações mais relevantes para a pesquisa, através de pontos que chamaram atenção pela quantidade emitida e ano de publicação, e a frequência e quantidade de categorias temáticas publicadas.

4.3. Análise qualitativa descritiva

Para avançar com as análises propostas, foi realizada a contagem de todas as palavras dos materiais selecionados, buscando identificar aquelas mais proeminentes. A Figura 2 permite a visualização das palavras.



Figura 2 – Nuvem de Palavras – IFRS 17 nos materiais de auditoria

Fonte: Elaborada pelos autores, com base nos dados da pesquisa



Por meio da Figura 2, verifica-se que os principais termos do grupo de material analisado foram: IFRS, Contrato, Seguro, Risco e Valor. A publicação "IFRS 17 – O que significa para você?" feita pela Deloitte (2017) delimita o alcance que a norma tem e sobre quais contratos de seguros as entidades devem aplicar a nova norma. Além disso, cita as mudanças referentes à IFRS 4 como o critério para aplicar a IFRS 17 em contratos de investimento e as novas exigências para a alocação de contratos semelhantes em um mesmo grupo – grupos de contratos reconhecidos inicialmente como onerosos, contratos sem potencial para se tornarem onerosos e contratos restantes, caso haja - e que não tenham intervalo maior do que um ano dentro de uma mesma classe (Deloitte, 2017).

A pesquisa "IFRS 17 – O que significa para você?" conduzida pela Deloitte (2018), com 340 executivos seniores de seguros em 12 países, debate sobre as possíveis implicações que a nova norma pode vir a trazer durante a implementação da IFRS 17 para as seguradoras, sendo as mais apresentadas a atualização das tecnologias e dos sistemas e o custo de implementação (Deloitte, 2018).

Conforme citado pela PwC (2018) em "IFRS 17- A espera acabou", há diversidades nos contratos de seguros e, pensando nisso, a IASB estabeleceu abordagens alternativas, para que cada caso que houvesse características diferentes pudesse ser contabilizado de forma fidedigna. Para isso, foi utilizado a abordagem de alocação de prêmios (BBA), como modelo padrão para os contratos de seguro; a Premium Allocation Approach (PPA) para contratos com curto prazo e menor variabilidade e; a abordagem da taxa variável que é utilizado em contratos que estão ligados a itens subjacentes (PwC, 2018).

Na publicação "IFRS 17 e histórias de investidores" da EY (2021), é traçada a trajetória da IFRS 17. Por meio de pesquisas foi exposto que a grande parte dos entrevistados – executivos seniores de finanças e contabilidade - veem o quão grande é a mudança que a IFRS 17 está trazendo para o mercado securitário e mostra o estado atual da implementação da norma. A EY também cita os impactos futuros relacionados aos investidores, um assunto que ainda não existe muita explanação referente a comunicação com os mesmos. A falta de entendimento referente a alguns indicadores é uma preocupação relatada pela empresa de auditoria.

É também citado na publicação de "Implicações da IFRS 17 para seguradoras europeias" a onda de mudanças contábeis -IFRS 9, IFRS 15 e IFRS 16 - para as seguradoras e discorre algumas ações que podem ser feitas para ajudar a iniciar os programas de implementação, como realizar avaliação de impactos da norma e fazer simulações com as novas métricas que serão executadas (EY, 2021).

A KPMG utilizou mais publicações explicativas sobre os componentes da nova norma. No guia prático "Separando componentes de um contrato de seguros" é dado ênfase aos contratos que deverão ter alocado além da IFRS 17 alguma outra norma – IFRS 9 e IFRS 15-, como os contratos vinculados a investimentos e outros contratos de participação (KPMG, 2018).

Complementando, a publicação "Potencial alternativa de transição para a IFRS 17", feita pela empresa de auditoria KPMG é citado a possibilidade de descasamento contábil, pois a transição da IFRS 17 está marcada para dia 1° de janeiro de 2022 enquanto a IFRS 9 não tem essa data de transição, porém tem a data de adoção inicial que segue a mesma data da adoção da IFRS 17 (1° de janeiro de 2023). Isso poderia gerar diferença de classificação ou até mesmo de mensuração durante o período de transição (KPMG, 2021)



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo realizar uma revisão documental acerca da IFRS 17 publicados pelas Big Four no Brasil, buscando também evidenciar uma temática atual e complementar as discussões em torno da IFRS 17, e destacar os aspectos que são mais recorrentes e que estão demandando maior atenção. Faz-se necessário também a pesquisa, para que os desafios observados no decorrer do texto venham a ser mais citados e com isso, ajudar a diminuir as dificuldades para a implementação e entendimento da IFRS 17. Para isso, foi planejado um estudo descritivo e documental, com abordagem quanti-qualitativa, utilizando materiais emitidos pelas Big Four (Deloitte, EY, KPMG e PwC) no período de 2017 e 2022 e posteriormente divididos em subtemas e assim entender o que vem sendo mais destacados pelas empresas de auditoria.

A coleta de dados feita permite verificar que a quantidade de materiais publicados pelas Big Four em português é reduzida, sendo ao total 38 materiais encontrados. Além disso, observa-se que a categoria temática principal mais publicada é a instrucional e que os maiores anos de publicações foram 2018 e 2021. Diante do cenário apresentado, é possível constatar que a KPMG, EY e a PwC contribuíram com mais publicações a respeito do tema, se comparado à empresa Deloitte.

Nos testes de qui-quadrado conduzidos, foi possível identificar que existe associação significativa entre as variáveis empresa e ano, e empresa e categoria temática principal. Ao verificar a relação entre ano e categoria temática principal não foi identificada associação significativa.

As pesquisas analisadas no referencial teórico e estudos anteriores permitem visualizar as dificuldades que as seguradoras vêm enfrentando com a adoção da nova norma e entender as melhorias que advém junto a aplicação da mesma nas demonstrações contábeis. É possível observar também a necessidade de se ter mais estudos e pesquisas para que assim seja viável melhorar o conhecimento sobre o tema, bem como a qualificação dos profissionais da área.

Por fim, considerando que as empresas de auditoria produzem materiais relevantes no campo da Contabilidade e, ainda, a complexidade da norma em questão, a pesquisa pode ajudar profissionais do mercado, pesquisadores, professores e estudantes a compreenderem melhor a norma IFRS 17 por conter poder informativo, ressaltando os principais temas discutidos nos materiais profissionais, o seu período de divulgação e a empresa de auditoria (Big Four) que os elaborou.

A pesquisa teve como limitação a análise dos materiais apenas em língua portuguesa, bem como o fato. Como sugestão para futuras pesquisas, sugere-se análise dos materiais publicados pelas Big Four em outros idiomas, principalmente em inglês.



REFERÊNCIAS

- Almeida, J. E. F. & Almeida, J. C. G. (2009). Auditoria e earnings management: estudo empírico nas empresas abertas auditadas pelas big four e demais firmas de auditoria. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rcf/a/LvJc7HCvrkQ5HKJgfgCwBsf/?lang=pt#. Acesso em: 23 jan. 2022.
- Bagaeva, A. (2008). An examination of the effect of international investors on accounting information quality in Russia. Advances in Accounting.
- Bonfim, M. P.; Silva, J. P., Gonçalves, R. S. & Silva, C. A. T. (2016). Adoção ao padrão IFRS e suavização dos resultados nas seguradoras brasileiras. **Revista Universo Contábil**, Blumenau
- Caldas, Marques & Macedo, 2015 VI CONGRESSO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 11., 2015, Rio de Janeiro. Impacto do IFRS 4 FASE II nas Demonstrações Contábeis das Companhias de Seguros e Previdência no Brasil. Rio de Janeiro: Adcont 2015, 2015. Disponível em: http://www.adcont.net/index.php/adcont/adcont2015/paper/viewFile/1908/523. Acesso em: 26 ago. 2021.
- Caseiro, J. O. (2021). **Adoção do IFRS em diferentes países e proposta do IFRS 17**. 2021. 0 f. TCC (Graduação) Curso de Ciências Atuariais, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: https://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/60458/IFRS17_JessicaCaseiro_923 75_2021.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 14 jan. 2021.
- Chan, B. L. (2010) **Risco de subscrição frente às regras de solvência do mercado segurador brasileiro**. 2010. 0 f. TCC (Graduação) Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-17122010-094901/publico/BettyLilianChan.pdf. Acesso em: 01 out. 2021.
- Coelho, C. M. P., Niyama, J. K & Rodrigues, J. M. (2011). **Análise da qualidade da informação contábil frente a implementação dos IFRS**: uma pesquisa baseada nos periódicos internacionais (1999 a 2010). Sociedade, Contabilidade e Gestão. Disponível



em: http://www.spell.org.br/documentos/ver/33876/analise-da-qualidade-da-informacao-contabil-fre---

- Ćurak, M., Loncar S. & Poposki. (2009). **Klime Insurance Sector Development and Economic Growth in Transition Countries**. International Research Journal of Finance and Economics ISSN 1450-2887 Issue 34 (2009).
- Curvello, R. S. S., Rodrigues, A. & Macedo, M. A. S. (2018). Erros nas provisões de sinistros do mercado segurador brasileiro: evidências empíricas de resposta às regulações econômica e tributária. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbgn/a/gJDywfNNvCFm8Rd6hsySw7q/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 26 ago. 2021.
- Deloitte. (2017). IFRS 17 O que significa para você?. Disponível em https://www2.deloitte.com/br/pt/pages/audit/articles/pesquisa-global-seguros-ifrs.html. Acesso em: 30 jan. 2022
- Deloitte. (2018). Perspectivas globais de IFRS para seguros. Disponível em https://www2.deloitte.com/global/en/pages/financial-services/solutions/ifrs17-what-does-it-mean-for-you.html. Acesso em: 30 jan. 2022
- Drisko, J., e Maschi, T. (2016). **Content analysis.** Oxford University Press.
- Ernest & Young. (2021). Implicações da IFRS 17 para seguradoras europeias. Disponível em: https://www.ey.com/en_gl/insurance/ifrs-17-new-standard--six-things-to-do-now. Acesso em:
- Ernest & Young. (2021). IFRS 17 e histórias de investidores: cinco ações-chave para seguradoras. Disponível em: https://www.ey.com/en_gl/insurance/ifrs-17-and-investor-stories-five-key-actions-for-insurers. Acesso em:
- Feitosa, I. B. A., Costa, T. A. & Szuster, N. (2019). XIII CONGRESSO ANP CONT. Contabilidade Para Contrato De Seguros: Avaliação dos Impactos nas Demonstrações Contábeis Na Adoção Do IFRS 17 pelo Mercado Segurador



Brasileiro. Publicado em 15 de junho de 2019. Disponível em: http://anpcont.org.br/pdf/2019 CUE165.pdf. Acesso em 14 de janeiro de 2022.

Foianesi, E. (2019). **Análise da aptidão do mercado securitário para a implementação do IFRS 17**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Atuariais) - Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, Universidade Federal de São Paulo, Osasco, 2019

International Financial Reporting Standards (IFRS). (2021). IFRS 17 Contratos de Seguro.

International Financial Reporting Standards (IFRS). (2020). IFRS 17 Contratos de Seguro.

KPMG. (2021). Guia prático IFRS 17 - separando componentes de um contrato de seguros. Disponível em https://home.kpmg/br/pt/home/insights/2018/02/guia-ifrs-17.html. Acesso em: 30 jan. 2022

KPMG. (2021). Potencial alternativa de transição para a IFRS17. Disponível em https://home.kpmg/br/pt/home/insights/2021/06/potencial-alternativa-de-transicao-para-a-ifrs17.html. Acesso em: 30 jan. 2022

Lages, V. F. V. (2010). Solvência II -: aplicação a uma companhia de seguros não vida. 2010. 0 f. Tese (Doutorado) - Curso de Finanças, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2010. Disponível em: https://repositorio.iscteiul.pt/bitstream/10071/4467/1/Solv%C3%AAncia%20II%20-%20Aplica%C3%A7%C3%A3o%20a%20uma%20Companhia%20de%20Seguros%20N%C3%A3o%20Vida.pdf. Acesso em: 01 out. 2021.

- Muzel, V. P. (2018). **Educação Continuada no Brasil na perspectiva da carreira do auditor independente**. 2018. 105f. Dissertação (Mestrado) Curso de Ciências Contábeis, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- Prodanov, C. C. & Freitas, E. C. Metodologia do trabalho científico: **Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Universidade FEEVALE, 2013. Disponível em: https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/291348/mod_resource/content/3/2.1-E-book-Metodologia-do-Trabalho-Científico-2.pdf



- PricewaterhouseCoopers (PwC). (2018). IFRS 17 A espera acabou: Mudanças contábeis para seguradoras.

 Disponível
 em
 https://www.pwc.com.br/pt/estudos/servicos/auditoria/2017/ifrs17-chegando-17.pdf.
 Acesso em: 30 jan. 2022
- Queiroz, I. T., Ribeiro, A. M., Oliveira, R. M. & Veloso, C.R. S. (2017). O Impacto das Big Four na Relevância das Informações Contábeis para o Mercado de Capitais. In: CONGRESSO UNB DE CONTABILIDADE E GOVERNANÇA, 3., 2017, Brasília. Artigo. Brasília: Unb, 2017. Disponível em: https://conferencias.unb.br/index.php/ccgunb/ccgunb3/paper/download/6147/1618. Acesso em: 23 jan. 2022.
- Silva, F. L. & Chan, B. L. (2015) **Análise da Demanda e Sinistralidade do Seguro Prestamista**. In KON, Anita; BORELLI, Elizabeth (Org.). Aportes ao Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Blucher, 2015.
- Silva, F. L., Peris, R. W., Chan, B. L. & Borelli, E. (2015). Evolução do mercado segurador e crescimento econômico no brasil. **Revista Redeca**, São Paulo. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/redeca/article/view/28561/20048. Acesso em: 26 ago. 2021.
- Souza, J. T. L. (2021). **IFRS 17 E O IMPACTO DA COVID-19**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contabéis) Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, Universidade Federal de São Paulo, Osasco, 2021

Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).(1997). Anuário Estatístico da SUSEP 1997.

Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). (2020). 9º Relatório de análise e acompanhamento dos mercados supervisionados.



Apêndice 1 – Lista de Documentos Analisados

Empresa	Ano	Título da publicação	Categoria
Deloitte	2017	IFRS 17 - O que significa para você?	Instrucional
Deloitte	2018	Perspectivas globais de IFRS para seguros	Implementação
Deloitte	2018	Uma em cada três seguradoras globais orçamentam mais de € 50 milhões para implementação da IFRS 17	Implementação
Deloitte	2019	Redefinindo a contabilidade das seguradoras e os impactos nos negócios e tecnologia	Cont. e Aud.
Deloitte	2020	Alterações à IFRS 17	Instrucional
EY	2018	Como se ajustar à implementação do IFRS 17	Implementação
EY	2019	Como as seguradoras podem responder ao atraso do IFRS 17	Implementação
EY	2020	Como o COVID-19 afeta os relatórios financeiros e as operações das seguradoras	Implementação
EY	2020	Como as seguradoras podem responder ao diferimento do IFRS 17	Implementação
EY	2020	Dez ações-chave para iniciar sua implementação do IFRS 17	Implementação
EY	2020	Afundar ou nadar. Você está pronto para a jornada de implementação da IFRS 17	Implementação
EY	2020	Como a Auditoria Interna desempenha um papel vital na implementação da IFRS 17	Cont. e Aud.
EY	2020	Implementação da IFRS 17: encontrando oportunidades transformadoras	Implementação
EY	2021	Implicações da IFRS 17 para seguradoras europeias	Instrucional
EY	2021	Como a IFRS 17 afeta as seguradoras	Instrucional
EY	2021	FRS 17 e histórias de investidores: cinco ações chave para seguradoras	Instrucional
EY	2022	IFRS 17 - E o IRC?	Instrucional
KPMG	2018	Guia Prático IFRS 17 Desreconhecimento e modificações contratuais	Cont. e Aud.
KPMG	2018	Guia prático IFRS 17 - Ajuste ao risco não financeiro	Cont. e Aud.
KPMG	2018	Guia prático IFRS 17 - Abordagem de Alocação de Prêmios	Cont. e Aud.
KPMG	2021	Contrato de seguros - IFRS 17: uma nova perspectiva para as seguradoras	Cont. e Aud.
KPMG	2021	Guia prático IFRS 17 - separando componentes de um contrato de seguros	Instrucional
KPMG	2021	Guia prático IFRS 17 - Nível de agregação	Instrucional
KPMG	2021	Potencial alternativa de transição para a IFRS17	Instrucional
KPMG	2021	Uma nova alternativa de transição para a IFRS17	Instrucional
KPMG	2021	Contabilidade e Auditoria	Cont. e Aud.
KPMH	2018	IFRS 17 - não a tempo há perder	Instrucional
PwC	2018	Três ideias simples para reduzir o pânico na preparação para a IFRS 17	Instrucional
PwC	2018	Como usar o IFRS 17 para desenvolver vantagem competitiva	Instrucional
PwC	2018	IFRS 17 - A espera acabou - mudanças contábeis para seguradoras	Implementação
PwC	2019	IFRS 9/17 Em tempos turbulentos	Instrucional
PwC	2019	Os desafios do IFRS 17 na América Latina – Brasil e Peru em perspectiva	Implementação
PwC	2019	IFRS 17 para Seguradoras	Instrucional
PwC	2019	Fornecedores de sistemas para a IFRS 17	Implementação
PwC	2019	Como auditar a transição para o IFRS 17	Instrucional
PwC	2020	IFRS 17: como gerenciar dados para otimizar a estratégia de nuvem	Instrucional
PwC	2020	IFRS 17: o desafio de treinamento e educação	Instrucional
PwC	2021	IFRS 17 - Pesquisa de prontidão do mercado segurador	Implementação